ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Nº 0003/2021

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA PELA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE GURUPI – TO SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN.

Aos 19 (dezenove) dias do mês de novembro de dois mil e vinte um (2021), na sexta-feira, às dez horas e trinta minutos (10h30min) (em 1ª convocação) foi aberta e encerrada sem o devido quórum. E, às dez horas e quarenta e cinco minutos, (10h45min (em 2ª convocação), foi iniciada com o número de presentes necessários para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, realizada de forma PRESENCIAL, a Assembleia dos Docentes da Apug-Ssind, com a seguinte pauta: (a) Informes (voltados para as perdas de direitos e reforma da previdência); b) Reforma da Previdência – GurupiPrev; c) Estado de greve; e d) Encaminhamentos. Na abertura o presidente em exercício, Joel Moisés Silva Pinho, e o presidente licenciado, Gilberto Correia da Silva, da Apug deram as boas-vindas, agradecendo a presença de todos, colocando em votação para permitir ser a assembleia HIBRIDA via plataforma GOOGLE MEET, a qual foi aprovada pelos presentes. Na sequência foi colocado em votação a pauta, sendo aprovada pela maioria dos presentes. Ato continuo abriu o primeiro item (a) **Informes** (voltados para as perdas de direitos e reforma da previdência) – o presidente em exercício, prof. Joel Pinho, apresentou informações sobre algumas atividades desenvolvidas durante os últimos dias, como reunião com o presidente da Fundação, reunião conjunta com servidores técnico-administrativos e sindicato dos servidores públicos de Gurupi – SISEMG, além da reunião conjunta com a Fundação e Reitoria da Universidade Unirg e com a prefeita Josi Nunes. Na sequência o assessor jurídico, Rogério Machado, relatou de como estão as ações judiciais contra a Fundação Unirg. Passando a seguir ao presidente licenciado da Apug, prof. Gilberto Correia, e também titular da comissão de estudo da Reforma da Previdência, que fez uma breve explanação sobre o andamento da reforma e os trabalhos da comissão criada pelo executivo municipal para realizar os estudos necessários, para as adequações da Emenda 103/2019 no Regime Próprio de Previdência de Gurupi – GurupiPrev. Foi informado para a categoria que em reunião com a prefeita, foi solicitada a alteração da composição, que não é paritária e possui membros que não são efetivos, portanto, sem compromisso com a carreira pública, além de outros pontos nos projetos dos benefícios que entrarão na pauta da comissão. A presidente do GurupiPrev e presidente da comissão de estudos, informou para os presentes na reunião com a prefeita, que será contratada uma empresa para avaliar os impactos sobre a previdência com base nas propostas apresentadas. Diante disso, a própria prefeita destacou que após a conclusão desse estudo, seria realizada nova reunião com a presença dela para uma avaliação geral da situação. Na sequência o professor Paulo Henrique Costa Mattos, segundo secretário do ANDES-SN, fez um relato das atividades da Regional Planalto, da qual a Apug pertence e em breve análise de conjuntura, detalhou as ações que estão sendo produzidas pelo sindicato nacional, reforçando a luta contra Bolsonaro, pela forma negacionista, especialmente na questão do combate a pandemia, além do seu alinhamento com o centrão, nas eleições dos presidentes da Câmara e do Senado Federal e todo o desmonte produzido com retirada de direitos e combate sistemático ao ensino brasileiro. Na sequência, aconteceram os informes sobre o plano de saúde, comitê interno da Unirg para o combate ao Coronavirus, Seguro de Vida que a Apug fez para cada sindicalizado, além da proposta de atividade no Dia

Internacional da Mulher e das inscrições abertas para mais uma etapa do Curso de Extensão em Filosofia e Cinema, que existe há 12 anos. O **professor José Carlos de Freitas** destacou de modo historicizado "que o problema teve início quando foi realizado o reenquadramento (resolução 050/2017), na qual a comissão percebeu vagas com a aposentadoria ou falecimento e que havia vagas ociosas, e, como havia certa autonomia para redistribuir carga horária desde que respeitasse a formação, sendo atribuida disciplinas para professores principalmente no curso do Direito e da Medicina. Diante disto, houve uma manifestação de professores contrários a esta atribuição, no entanto, a comissão entendeu que não havia nenhum impeditivo. E, quando esta foi questionada pelo TCE (Tribunal de Contas do Estado), limitou-se a saber sobre vagas para concurso. Ignorando coisa mais séria como o pagamento indevido por aulas que não existiam na Unirg, principalmente o curso de medicina conhecido por todo mundo aqui na casa e confirmado, inclusive pelos coordenadores que a gente foi fazer trabalho junto a eles, nós temos médicos na casa que davam 4 horas no mês, mas recebiam salário de 40 horas semanais sem nenhum problema. Desta maneira, o que estou reclamando é que não fui ouvido no inquérito, assim como a assessoria jurídica da fundação não me chamou, como agora eu suspeito, que agora a fundação/reitoria vai fazer uma defesa e não nos chamará". A professora **Adriana Terra** informou sobre o evento de governança, colocando o link para que pudéssemos assistir, destacou que é necessário discutir a competência do TCE, e, sobretudo a competência e a autonomia do poder público municipal. Após finalizar os informes, adentrou ao item (b) Reforma da Previdência – GurupiPrev – aberto para as manifestações, como primeiro inscrito o Professor Gilberto Correia da Silva abriu sua fala ressaltando a complexidade do assunto e que estão se espelhando nas palavras do ex-ministro Ricardo Salles, numa reunião ministerial, para passar uma boiada em cima dos professores. Resgatou que no ano passado foi criada uma comissão e que essa, conseguiu via pressão, inclusive fazendo barulhaço, buzinaço e também, colocando carro de som na câmara, impediu que o projeto fosse além do que era obrigatório pela Emenda Constitucional 103/2019 (EC 103/2029). A qual seja, o mínimo da alíquota de contribuição (já alterado ano passado) e a criação da Lei do Regime Complementar de Previdência (foi criado recentemente) e também, de se tirar da lei da previdência a questão dos benefícios que agora são pagos pelo ente. Por exemplo, hoje, quem tem invalidez, auxilio natalidade este tipo de doença quem paga hoje é próprio ente prefeitura ou a Unirg jamais a previdência que paga; neste sentido ficou deliberado que a gente poderia discutir todos os efeitos que a EC 103 recomenda para a alteração, só que o executivo, não sei se equivocadamente ou deliberadamente, fez apenas um "ctrl c" e "ctrl v" e quer implantar uma cópia. O Detalhe é que no ano passado estávamos solicitando que esta comissão fosse implementada ainda no início da gestão, para que nós pudéssemos discutir e assimilar as perdas que os professores e os servidores todos do município teriam com esta implementação, só que agora vieram com a corda, a faca e também vieram com a peneira para pegar tudo e sugar tudo que for possível, ou seja, conforme o estudo que foi apresentado pelo Adilar na última reunião nossa sobre a previdência, a mudança proposta aqui no município é pior que a emenda 103, ou seja, uma é o capeta do diabo, a gente não sabe qual é o capeta ou qual é o diabo. Entretanto, a comissão de Estudo somente foi criada agora no segundo semestre sendo que tem doze (12) pessoas, na qual 8 são do executivo, são gestores: 1 da Unirg; 2 do gabinete da prefeita, 2 do Gurupiprev, 1 da Administração e o outro do Planejamento e finanças; o restante ficou 1 para Apug, 1 para a Asaunirg e 1 do Siseng (sindicato dos servidores) sendo completado este quadro com o indicado pelo conselho de previdência, que por acaso é Gleidson, que tem uma boa leitura também; porém tudo aquilo que nos colocarmos como proposta vai ser rejeitado. Para reverter

este quadro articulamos uma reunião com a Prefeita e propusemos que esta comissão tivesses uma paridade e está garantiu que iria estudar o caso. Do modo que está todas as propostas aprovadas na comissão será a do bloco representante do executivo e que na câmara não será feita modificações. O que nós precisamos é debater ponto a ponto, ainda que a gente entendamos que é preciso sim, haver uma alteração na lei porque vai alterar a idade, vai alterar tempo de contribuição. Por exemplo, se hoje quem se aposenta com o mínimo de 10 anos de contribuição este tempo mínimo vai aumentar para 20 anos. Por isto, nossa proposta consiste que este tema seja exaustivamente discutido e exaustivamente debatido, evitando a "falsa democracia", uma vez que estaríamos somente chancelando retirada de direitos, sem que possamos votar com igualdade de discussão. E que no momento, os trabalhos foram suspensos para que o GurupiPrev contrate uma assessoria para levantar o impacto financeiro por idade e os sindicatos/associação (Apug; Siseng e Asaunirg) possam contratar um profissional especializado para fazer o cálculo atuarial". Na sequência o professor Paulo Henrique Mattos iniciou sua fala afirmando "que dizem que de boa intenção o inferno está cheio, lamentavelmente, na UnirG, essa realidade parece que se adapta, quando temos professores que vão para a fundação que vão para a gestão acadêmica e se esquece que são professores e também serão atingidos, considerando que na reforma da Previdência quem está a frente hoje são professoras. Tem muita gente que ainda não está preocupado porque somente vai se aposentar 20 anos ou daqui a 10 anos. Se esquecendo que estas mudanças já irão alcançar, como exemplo a idade que se discute para o plano previdenciário municipal deverá ir para as mulheres para 62 e para os homens para 65 anos, já atingindo de imediato. Outra coisa, passamos o tempo todo contribuindo numa alíquota maior e o teto cai para R$ 6. 400, quero saber se vão devolver? E o assessor disse que não haverá devolução. Assim como, quando se fala da carreira teve um assessor contratado pela fundação, Gildasio, que começou o discurso dizendo o seguinte: - professor de Dedicação Exclusiva tem que trabalhar de manhã, de tarde e de noite, tem que trabalhar, o DE a condição é essa, não existe lei municipal de carreira. O que estamos percebendo é um forte ataque aos nossos direitos e que precisamos sair da passividade e contra-atacar, procurando buscar compreender e se empoderar. Por exemplo, o tempo mínimo de contribuição para aposentar hoje proporcionalmente são 10 anos e na proposta que está aí, passa para 30 anos, 30! Sabe quando vamos poder aposentar? Quando estivermos com 75 anos ou com 70, quando já estiver com o pé na cova, esta é a questão que a gente tem que se preocupar, não é porque vou aposentar daqui a 25 anos, que vou largar para lá. A gente tem que aprender a ser solidário com os outros, antes que só a gente seja atingida. Por que no final das contas, depois, você imagina ter uma aposentadoria com seis mil reais hoje, e, lembrando que isto é o bruto, que tem desconto ainda, estamos numa situação que precisamos ter atenção a situações, porque se não tivermos atenção, a gente não vai consolidar nem a instituição que a gente quer de forma democrática, de forma [...] alteração na realidade social, como a gente vai piorar e muito a nossa qualidade de intervenção do professor. É esta a grande questão que está colocada no que diz respeito a Unirg, no que diz respeito a DE, no que diz respeito a nossa carreira. Porque vai tirando de pedacinho em pedacinho. É a política do salame, como é que você corta um salame, você o corta no meio, come ele todo? Não! Você vai cortando pedacinho por pedacinho até acabar. É assim que estão fazendo com nossa carreira; é assim que estão fazendo com nossa previdência; é assim que estão fazendo com a nossa constituição". Em sua fala o professor Joel Pinho destacou que duas mudanças obrigatórias impostas pela medida constitucional 103/2019 já foram realizadas, uma foi os valores da alíquota que já foi feita no ano passado (2020) e a outra, a criação da lei do Regime de Previdência Complementar (RPC),

está regra complementar é obrigatória para os novos efetivos e para os que ganham acima do teto. Para os demais será facultativa para os demais. Agora o problema será a alteração das regras para a aposentadoria, quais serão estas regras? A questão central é que não está se excepcionando quem já está na ativa dos que irão entrar. E a proposta encaminhada para a Comissão de Estudo são duas: uma para alterar a Lei Orgânica do Município e um outra que mexe na Lei 17 que estabelece o princípio de regras para aposentadoria. E na fala do professor Adilar, ele afirma que tem que trazer também a Lei 18 que fala sobre custeio. Na LOA não precisa mexer conforme está na proposta, basta alterar o artigo 30. Pois, em essência a proposta que "amarrar ou engessar", quando for discutir a reforma da 17 e da 18. O que estão colocando são coisas para transformar o que seria opcional na EC 103 em obrigatório. Para se ter uma ideia, há uma proposta para alterar a LOA o que não é preciso basta mexer no artigo 30. É preciso questionar qual vai ser a regra para quem está efetivo? Ver sobre idade? e seu impacto? Na lei geral foi estabelecido 62 anos. Ou seja, para as mulheres a alteração vai dos atuais 55 anos para 62 anos e para os homens dos atuais 60 anos para 65 anos. Assim como vai praticamente acabar todos os tipos de aposentadorias especiais, não vai ter praticamente mais nenhuma (nem na Educação Básica), em que os professores da Educação Básica poderiam se aposentar com 25 anos, isso vai desaparecer. Bem como, quem trabalha em lugares insalubres e puder comprovar que trabalhou por 25 anos em lugar insalubre, se tiver comprovado, isso também vai sumir. Ao que se percebe, estão copiando a EM 103 acho que precisamos ter clareza deste tipo de proposta que se diz no discurso uma coisa, mas que na essência é outra coisa. É preciso que tomemos pé disso, comesse a pressionar. Para se ter uma dimensão desta situação no dia 11 /11 em que estivemos na câmara para aprovar a previdência complementar com a presença dos sindicatos. E, foi para comissão na câmara, o relator da comissão não queria fazer alteração que eram as nossas (dos sindicatos), tipo assim tinha um erro lá que precisava ser corrigido, ele disse que não iria corrigir se não a prefeita iria vetar. Foi preciso que nós fossemos ao líder da prefeita na câmara para que ele desse uma de valentão e batesse na mesa e dissesse que ele assinava. Somente, assim foi feita a alteração. A gente está fazendo o dever de casa e tentar fazer uma comissão paritária (pode ser que está comissão venha ser paritária) para tentar transformar a coisa mais democrática, agora nós não podemos deixar de lado e acompanhar o trâmite semanalmente quando ela voltar (se voltar) e também quando for para câmara também temos que nos mobilizar para ir lá se não vai mudar as regras. E o que é pior, vai mudar as regras não é somente para quem vai entrar, mas também para os que já estão. O professor Gilberto da Silva em nova inscrição, destacou em sua fala que precisamos ficar atento para as manobras, por exemplo, a Lei Orgânica do Município serve de parâmetro para todas as outras leis no município, que não podem chocar ou confrontar com a lei orgânica, assim como, não pode nenhuma lei confrontar com a constituição federal. O que estão fazendo agora, primeiro disseram, que era obrigatório criar a lei geral complementar, está certo, criou, acabou. Porém, agora querem aprovar a alteração da lei orgânica. Todavia, o estudo somente deve ser no artigo 30, pois, se mudar da forma que está sendo proposta a minuta, vai se mudar quase toda a lei, considerando que já está aprovado a lei orgânica, o que não permite mais mudar. Por isto, que a proposta é: vai mudar? Vai, então já comece a discutir a lei 17 e a lei 18 conjuntamente para que não haja distorções, para que possamos avaliar qual a que está sendo mudada e como vai ser mudada, só temos duas leis, a 17 e 18. Parece que estão querendo criar mais três leis no município, além da outra. Uma outra coisa, estão querendo encerrar e vão terminar com o abono de permanência, o que é isto? Aquele que você já tem direito de se aposentar e não se aposenta e recebe de volta isso no seu contracheque, também isso que querem tirar também. E estão

adicionando como justificativa que temos um déficit na previdência de trezentos e seis milhões de reais, lembrando este déficit era 118 milhões ano passado e é o mesmo atuário que fez esta outra, destacando que esta diferença foi porque o município não informou os professores da educação básica. Por isto, pedimos a contratação de um novo atuário para ter clareza desta informação porque papel aceita tudo. Até o vereador Ivanilson tentou informações e recebeu negativa, de que somente podem entregar ao GurupiPreve. Aliado a todos estes outros contextos que estamos vivendo: a retirada de direito da DE; não pagamento de progressões; de licença prêmio; de capacitações - para sair tem que carregar um elefante e outras coisas mais, não se cumpre a lei em nenhum momento". Após esta fala passou-se ao item (c) Estado de greve - Abrindo este item o Professor Joel Pinho expos que "em relação ao item – **Estado de Greve** - de antemão posso dizer que é uma continuação da questão anterior. Por isto, podemos dizer que continuamos esta questão vendo os ataques que vem ocorrendo e que não é de agora, o Dr. Rogerio colocou a situação jurídica, daquilo que não está sendo pago, por isto, temos que judicializar e mesmo quando a justiça dá o direito, ainda se inventa mecanismo de postergar a decisão jurídica. Observamos crescer um passivo por conta do não pagamento dos nossos direitos: não está se pagando as progressões; não está se pagando o Adicional Noturno; para liberar para licença prêmio tem que ficar fazendo pressão; e agora foi suspenso o quinquênio (prazos e pagamentos); está suspenso a recomposição 2019 e 2020; daqui a pouco vão dizer a mesma coisa que disse quando de outras negociações, que deve não nega, mas não paga. E agora mais recente o desmonte da carreira começando pelo regime de trabalho DE. Considerando que o Regime de trabalho está previsto na nossa lei de carreira, quando você começa dizer que pode tirar o professor de seu do seu lugar de trabalho, está dizendo para todos que é a bel prazer da instituição. Se você teve 40 horas este semestre, no próximo semestre posso reduzir sua carga horária para 20 horas; e se você é 20 horas mesmo sendo professor efetivo, posso te demitir, uma vez que não tem carga horária para você ou seja, está trazendo o desmonte da nossa carreira, a instabilidade salarial e está transformando o professor em horista, sem esquecer da questão salarial. Quer dizer então, que agora a minha carga horária que está vinculada ao salário vai para o lixo?. Se tenho 40 horas posso virar 20 a qualquer momento, se eu tenho DE com 40 horas posso perder isto. Já O professor Gilberto da Silva destacou em sua fala que de fato, o DE não é o problema crucial, mas é o problema que está afetando parte da categoria docente, no momento a lógica da gestão acadêmica limitou-se a olhar a avaliação docente e esqueceu de olhar regime de trabalho. A Outra coisa que não entendemos é que na nossa conta são 26 professores DE. Na conta da universidade são 33, dos 26 ao 33 são professores que estão enquadrados no regime de DE mas assumiram 60 horas, estes assinaram um documento, temporariamente, abrindo mão da DE, então estes 7 não conta, mas eles contaram como DE. Assim como, destes 26 tem alguns, 6 ou 7, que são especialistas; se você vai abrir um edital, que para nós é absurdo e aberrante, como a portaria também é, eles estão ferindo o próprio conceito da lei 173/2020, pois, esta faz impedimento de que não pode aumentar salário, que não pode criar 30 novos cargos, mas vão tirar 26 que excedem os 30 % e vão colocar só mestre e doutor, onerando e aumentando a despesa, o que, salvo melhor juízo, fere a lógica da Emenda 173 lei complementar no artigo 8 incisos I, II e III. Então, precisamos ter está coerência, continuamos dispostos a discutir e a conversar, tem absurdos que ofendem, como querer que produzamos sem ter mais carga horaria? Tudo na lógica do Gildazio, de que DE tem que trabalhar manhã tarde e noite. Então estão querendo DE para fazer isso. Para extrapolar as horas de trabalho, alguém disse lá, eu fiz 20 artigos! Quando? Que horário você fez? Fez no seu horário particular, no horário da noite, no sábado e domingo ou no horário que

deveria estar com a família. E, por sua vez o professor Antônio Jeronimo Neto destacou em sua fala que sobre a retirado dos direitos, mais especificamente, sobre a portaria publicada pela fundação e que claramente afronta a nossa lei 1755, que é o nosso plano de carreira, que temos que lutar, pois estão desmontando aos poucos. Já foram retirados vários direitos, não sei se vocês lembram, mas já tem professores mestres e doutores que já não recebem pelos seu título, você passa pelo concurso e você não recebe mais, são as coisas que vão sendo retiradas. Se ficarmos parado, como diz o Paulo, jacaré parado vira bolsa e vão mudando a nossa lei. Neste sentido, o edital lançado pela academia motivado pela portaria confunde claramente entre Dedicação Exclusiva e pesquisa. Uma coisa é o Regime de trabalho que está bem claro na nossa lei, temos três - Dedicação Exclusiva; Tempo Integral e o Tempo Parcial - sendo que o Tempo Integral e Dedicação Exclusiva são 40 horas semanais, isto é um fato. A outra coisa é a necessidade que a academia tem e que nós também temos que nos preocupar em abrir curso de mestrado e doutorado, porque somos universidade, logo, temos que lutar por isto. O problema é que não se pode jogar a culpa nos DE's porque não temos pesquisa de qualidade. É o argumento apresentado, que não estamos conseguindo abrir o mestrado porque não temos pesquisa na casa. É este ponto que quero debater: pesquisa é atribuição do docente, seja ele DE ou não, seja ele especialista, mestre ou doutor. É atribuição do docente, qualquer docente pode pesquisar, agora a pergunta a ser respondida é: esses professores tiveram atribuição para pesquisar? A instituição deu esta condição para o professor? Por que aqui nesta casa sempre a prioridade foi o ensino, primeiro distribui a carga horaria de ensino, entope o professor de disciplina e comissões - divulgação, ENAD, comissão disso e conselho, então quando vai olha o horário do professor já está lotado. Assim, não sobra nada para pesquisa e é preciso pensar como mudar esta política. A pesquisa na nossa casa, aqui já é de tempos, de gestões passadas, também. Pois, ao se colocar no edital, inicialmente com 10 vagas, já está se excluindo muitas pessoas que tem interesse e principalmente a carga horária de pesquisa, que é de 2 horas. Que vai fazer pesquisa com 2 horas? Então dizem que agora vai ser de 10 horas para o coordenador, para quem é membro é de até 4 horas. Cabe a pergunta: como o professor vai fazer uma pesquisa de qualidade com 4 horas? E que seja 10 horas? Sabem quem está pesquisando e produzindo "qualis A", é quem está vinculado a um programa de mestrado ou doutorado, este tem obrigação, porque ou você produz ou não vai receber seu título, por isto, tem de produzir de madrugada ou final de semana, fazendo este esforço. Uma outra questão que quero chamar atenção aqui, além da carga horária, são as condições para pesquisar. O curso de Engenharia pediu uma prensa hidráulica para pesquisar, para o TCC e dos docentes e foi negado pela Fundação, sob alegação de que não tem dinheiro. Então como é que o professor vai pesquisar se não tem laboratório para fazer a pesquisa dele, tem que se virar, este é o tratamento da instituição. Destaco que temos que pesquisar e temos que abrir este programa de mestrado, Sim! Mas, para tanto, vamos chamar os professores e solicitar a sua ajuda, pedindo a estes o que podem fazer, verificando como está a sua carga horária para o semestre que vem? Já estão distribuindo e já estão empurrando 24 horas de sala de aula para o professor. Voltando a questão: Como é que quer cobrar pesquisa? Como é que quer cobrar resultado? Não adianta cobrar sem dar a condição para o professor. É preciso que a academia juntamente com a fundação chame o professor para conversar, já que estão tocando nos DE chamem os DEs. E que não seja excludente, quando você coloca um edital onde você abre 10 vagas no início, já está excluindo quem quer pesquisar. Então assim, que se chame edital sem data, você pode submeter durante o ano. Na continuidade o professor José Carlos de Freitas destacou em sua fala uma denúncia do descumprimento das normas do Consup, exemplificando o caso do

professor Wirley Quaresma, que está com 11 disciplinas e que está no doutorado, e que sequer deram as horas diversificadas. E agora querem pagar horas extras. E quanto aos programas de mestrado e doutorado destacou que analisou um projeto deste em 2018 e na proposta percebia que pelo formato haveria um processo e incentivo para a produção, mas, serão "os professores orelhas" que vão ter que carregar os cursos de graduação, considerando que para o mestrado e doutorado os professores que forem atuar neste vão ficar somente com 8 horas. Assim, ou se contrata ou sobrecarrega os professores chão de fábrica. E, para os professores que irão trabalhar no programa, estes ao ficarem com o tempo mínimo de 8 horas em sala e o restante do tempo para a produção. Como destaque que somente assim terão produção. E como não estão prevendo contratação vão sobrecarregar os professores, trazendo de volta o horismo e/ou vão começar a contratar professores para fazerem pesquisa. E que não podemos esquecer que quem coloca dinheiro na Unirg somos nós professores com nosso trabalho. Quanto ao Edital não vai resolver nenhum problema, o que resolve é desonerar o professor de sala de aula (vai ter custo); tirar 4 aulas e jogar para a pesquisa, depois mais para frente mais 4 e mais duas; e, fazer uma redistribuição de novo de carga horária. Para que este professor possa perpetuamente pesquisar e produzir. Além disto, este edital está fazendo regra para avaliação docente, basta ver a resolução 30/2015. E, na sequência o Professor Wirley Quaresma relatou que neste semestre está com 34 horas em sala de aula e que, inclusive fizeram a alteração excluindo-o sua carga horária do projeto de extensão filosofia, literatura e cinema (aprovado na Proecae). E que procurou fazer um acordo com a Pgrad que acabou por não ser respeitado, sendo penalizado com carga horária excessiva de trabalho. E que antes de se fomentar pesquisa precisa falar na qualidade de ensino. Por sua vez, a Professora Adriana Santiago Terra iniciou sua intervenção afirmando que existe uma inversão de valores na nossa instituição, deixam de fazer os trabalhos para controle dos resultados, deixam de focar nos resultados, e se se atem ao processo que não são qualificados, infelizmente como no caso do edital. Citando Peter Drucker, destacou que não tem nada pior do qüe você investir de forma muito eficiente um tempo em algo que não é efetivo. E, que dedicou seu labor em função da Unirg, mas precisou sair (distanciar). Destacou que fez um balanço do Inova Gurupi e que se hoje há um reconhecimento do trabalho é do coletivo. Portanto, vamos focar no resultado. Finalizando, que não temos política na Unirg de custeio, de capital, para que possamos executar pesquisa mínima. Política de Pesquisa não se faz somente com carga horária. Outra coisa, se tem poucos professores, vamos abrir mais editais. Já o Professor Marllos Peres se manifestou apenas para ficar registrado, uma situação sobre este edital que será aberto e que se abrir mesmo, não poderia participar. "Pois, para que possa concorrer tem que ter projeto de pesquisa ou extensão ligado a uma das Pró-Reitoria e como não possuo, apesar de ter produção e estar à frente de coordenação de projeto de extensão, com 46 bolsas num volume de 500 mil reais. Destacou ainda, que concorda que é preciso normatizar está questão, não necessariamente como está sendo feito hoje, mas tem que ser normatizado. Entretanto, tem que se atentar para quem já é DE, que primeiro precisa ser feita uma avaliação com os atuais e se possivelmente estes ou aqueles, que possivelmente não atendem aos critérios discutidos aqui com todos, somente assim se abrisse estas vagas, mas como está acontecendo hoje, me parece que vai virar uma briga jurídica. Uma vez que tem trinta e três e somente tem trinta vagas. Na continuidade, após a manifestações livres, fomos para o item (d) Encaminhamentos Durante as manifestações, a mesa coletou propostas de encaminhamento das manifestações dos inscritos e acrescidas com a da diretoria executiva. E, na medida em que foi sendo apresentado uma a uma as propostas aos presentes, estes puderam fazer acréscimo ou pedido de esclarecimento. As propostas de acréscimo foram sendo

incorporada e os esclarecimentos conduziam para melhorar a redação da proposta. O Professor Gilberto da Silva apresentou dois encaminhamentos: o primeiro de ser aprovado ponto a ponto e o segundo no pacote fechado o processo de votação. E solicitou que o Professor Joel Pinho desse o encaminhamento devido. Mas, antes, o Professor Paulo Mattos pediu para que fosse esclarecida a diferença entre os termos: Estado de Greve, paralização e a greve. A qual, o Professor Gilberto da Silva explicou que quando a gente fala em vamos manter a categoria em Estado de Greve, significa que podemos a qualquer momento, sem ter dia marcado, fazer uma paralização e ficamos em alerta o tempo todo, não impede que façamos ações de esclarecimento e de protesto. Agora, outra coisa é que a Paralização é greve, mesmo que seja um dia, é greve; greve tem que seguir toda tramitação jurídica, que seja necessário para que estejamos amparado e não aconteça igual àquela vez que estávamos correto e certo e seis meses depois o tribunal disse que o juiz que decretou ilegal a greve não podia sequer julgar aquela greve, então nós temos esta situação, que já aconteceu, para que possamos estar devidamente calcados e fazer isto, dentro de um prazo que a lei permita, até antes do fechamento do semestre, para que possamos trabalhar estes 10 ou 15 dias ai. Se fazemos ou não fazemos a paralização. Mas o estado de greve é para que possamos aprovar e estar em estado permanente de mobilização de enfrentamento às questões que estão acontecendo, paralela as ações judiciais. Após os esclarecimentos pedidos pelo professor Paulo Mattos. O professor Joel Pinho retomou para apresentar as propostas, na qual o professor Gilberto voltou a ler as propostas construídas com os presentes. E durante a leitura novamente aconteceram ainda manifestações da plenária para ajustar a proposta. Na sequência, após a leitura e explicação das propostas, o professor Joel Pinho perguntou aos presentes se havia algum outro encaminhamento, como não houve colocou todos as propostas em discussão. E com justificativa de como não houve mais nenhuma proposta nova ou mesmo nenhuma manifestação em contrário, as propostas construídas pela assembleia, assim como, considerando que ao serem apresentadas, os participantes foram acrescentando e pedíndo mudanças. Por isto, a direção dos trabalhos deu como procedimento para a votação na assembleia, que todas as propostas fossem votadas em bloco, considerando que as propostas foram construídas dentro de um consenso, o que foi aceito pela plenária, já que ninguém manifestou voto contrário. Assim, leu novamente a seguinte proposta: (1) Reforma da Previdência: 1.1 - Manter informado toda a categoria sobre o andamento do trabalho da comissão, tanto em tempo real como posteriormente, através de relatório, com informações especificas e também para possibilitar a mobilização, para fazer pressão o tempo todo; e, 1.2 - Fazer pequenos vídeos, banner, áudio (tudo que for possível divulgar), explicativos (pílulas) dos impactos e dos significados, da visibilidade por meio destas pílulas não somente da previdência como das perdas de direitos. (2) Estado de Greve - as seguintes ações: (DIRETORIA): 2.1 - aprovar o Estado de greve e a diretoria definir ações de enfrentamento, divulgação e mobilização da categoria; 2.2 - Convocar o sindicato nacional e as representações docentes que venham até aqui em Gurupi e que levem até Brasília, no congresso nacional, para denunciar as afrontas que estão sendo submetidos os docentes e servidores, seja municipal, estadual e federal, em consonância com as lutas do Andes-SN; 2.3 - Terminar o Dossiê que estamos elaborando com situações levantadas e documentadas que estão ferindo as leis, as resoluções aprovadas no Conselho Superior e outras situações encontradas, que não condizem com as rotinas acadêmicas e confirmar agenda para apresentar ao Tribunal de conta; - ao governador do Estado; Conselho Estadual; e também ao Ministério Público; apresentado as denúncias com provas/documentos; e, 2.4 - Um dia de paralização em toda a universidade (dentro dos parâmetros jurídicos legais. Colocada em votação, teve como resultado a aprovação

por ampla maioria, dois votos contrários e nenhuma abstenção. Após o processo de votação encerrado, foi aberto para manifestação e a Professora e Magnifica Reitora, Sara Falcão, pediu para se manifestar e consignar em ata que: "só queria registrar em ata que este estado de greve gera uma situação de vulnerabilidade a instituição frente ao momento da covid-19 que estamos passando, considerando um nível alto de inadimplência e um índice de baixo adesão dos acadêmicos e com relação que foi votada em bloco as propostas e não individualmente". Na sequência o professor Gilberto também registrou que "como não houve manifestação em contrário a votação das propostas em bloco, todas foram aprovadas e que serão encaminhadas e divulgadas para toda a comunidade acadêmica". O presidente desejou a todos um bom almoço e encerrou a reunião às treze horas e seis minutos, servindo como atesto a Assembleia e as votações constantes na gravação, que foram salvas, ficando à disposição de todos, para fins de efeitos legais, restando ainda informar que a Assembleia começou com 32 presentes e teve participação flutuante, encerrando com 18 presentes, contando com o assessor jurídico da Apug, sendo lavrada a presente ata, e que após lida e aprovada pelo triunvirato, será publicada no site www.apugssind.com.br - Gurupi-TO, 19 (dezenove) de novembro de 2021 (dois mil e vinte e um).

JOEL MOISÉS SILVA PINHO
Presidente em Exercício

GILBERTO CORREIA DA SILVA
Presidente Licenciado

ANTONIO JERONIMO NETTO
Presidente Eleito

PAULO HENRIQUE COSTA MATTOS
Vice-Presidente Eleito